

Linguagem e Cultura

10.1 O que é cultura?

A palavra 'cultura' (e seus equivalentes em outras línguas europeias) tem vários sentidos relacionados, dois dos quais é importante mencionar e distinguir aqui.

Existe, em primeiro lugar, o sentido em que 'cultura' é mais ou menos sinônimo de 'civilização' e, numa formulação mais antiga e extrema do contraste, oposta a 'barbarismo'. É este o sentido, em inglês, do adjetivo 'cultured' ["culto"]. Baseia-se, em última instância, na concepção clássica do que constitui excelência em arte, literatura, maneiras e instituições sociais. Revivida pelos humanistas do Renascimento, a concepção clássica foi enfatizada por pensadores do Iluminismo do século dezoito e por eles associada à sua visão da história da humanidade como progresso e autodesenvolvimento.

Esta visão da história foi desafiada, como também muitas das idéias do Iluminismo, por Herder, que disse a respeito do equivalente alemão de 'cultura': "Nada é mais indeterminado do que esta palavra, e nada é mais decepcionante do que sua aplicação a todas as nações e períodos" (cf. Williams, 1976: 79). Ele criticava especialmente o pressuposto de que a cultura europeia do século dezoito, dominada pelas idéias francesas e pela língua francesa, representasse o ponto alto do progresso humano. É interessante notar, em relação a isto, que a expressão '*langue de culture*' (literalmente, "língua de cultura") é comumente empregada por estudiosos franceses para distinguir as línguas consideradas culturalmente mais adiantadas das menos adiantadas. '*Kultursprache*' é usado semelhantemente em alemão. Embora não haja um equivalente aceitável em inglês, a atitude na qual se baseia o uso de tais expressões não é menos comum nas sociedades de língua inglesa. Como vimos num capítulo anterior, a maioria dos lingüistas é de opinião que não existem línguas primitivas (v. 1.7). Entretanto, vale a pena rever esta questão com referência particular ao que poderíamos chamar de concepção clássica de cultura. Faremos isto adiante (v. 10.5).

No decorrer da maior parte deste capítulo a palavra 'cultura' deve ser interpretada, não no seu sentido clássico, mas no que poderia ser des-

crita aproximadamente como seu sentido antropológico. Na verdade, é este o sentido em que Herder propôs que o termo fosse usado; mas foi somente uns oitenta anos depois que os antropólogos que escreviam em inglês adotaram tal uso. Neste segundo sentido 'cultura' é empregado sem nenhuma implicação de progresso humano uniforme do barbarismo à civilização e sem nenhum julgamento de valor *a priori* quanto à qualidade estética ou intelectual da arte, literatura, das instituições etc. de determinada sociedade. Neste sentido do termo, que se espalhou da antropologia para as outras ciências sociais, cada sociedade tem a sua própria cultura; e diferentes subgrupos dentro de uma sociedade podem ter a sua própria subcultura distintiva. A promoção por Herder da palavra 'cultura' neste sentido estava ligada à sua tese da interdependência da linguagem e do pensamento, por um lado, e, por outro, à sua opinião de que a língua e a cultura de uma nação eram manifestações de seu espírito ou de sua mente nacionais distintivos. Muitos outros escritores do movimento romântico tinham idéias semelhantes. Isto é apenas um fio no complexo desenvolvimento histórico da chamada hipótese Sapir-Whorf, que dominou toda a discussão de linguagem e cultura, bem como de linguagem e pensamento, há uma geração (v. 10.2).

Embora o termo 'cultura' seja amplamente empregado agora nas ciências sociais, e especialmente por antropólogos, no sentido que acabou de ser identificado, ele pode ser definido, tecnicamente, de várias maneiras diferentes. Segundo a definição com a qual trabalharemos, cultura pode ser descrita como conhecimento adquirido socialmente: isto é, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de determinada sociedade (v. Hudson, 1980: 74). Duas observações são necessárias a respeito do uso da palavra 'conhecimento' aqui. Em primeiro lugar, deve ser entendida compreendendo tanto conhecimento prático quanto de proposições: tanto o saber fazer algo quanto o saber que algo é ou não assim. Em segundo lugar, quanto ao conhecimento de proposições, o que conta é o fato de algo ser considerado verdadeiro, e não a sua veracidade ou falsidade reais. Além disso, em relação à maioria das culturas, se não a todas, temos que admitir diferentes tipos ou níveis de verdade de maneira que, por exemplo, a verdade de uma afirmação religiosa ou mitológica seja avaliada diferentemente da de um relato factual direto. Encarada desse ponto de vista, a ciência em si é parte da cultura. E na discussão da relação entre linguagem e cultura não se deve dar prioridade ao conhecimento científico em detrimento do conhecimento comum, nem mesmo da superstição.

É costumeiro distinguir entre transmissão cultural e biológica (isto é, genética). No que diz respeito à linguagem, é bem possível que exista uma faculdade inata de aquisição da linguagem (v. 8.4). Se isto é verdade ou não, não há dúvidas de que o conhecimento da própria língua nativa

é culturalmente transmitido: é adquirido, embora não necessariamente aprendido, em virtude do indivíduo ser membro de determinada sociedade. Além do mais, mesmo se existe uma faculdade de linguagem transmitida geneticamente, este fato não pode resultar na aquisição e conhecimento de uma língua a não ser que os dados com base nos quais a faculdade de linguagem funciona sejam fornecidos pela sociedade em que a criança cresce e, pode-se argumentar, sob condições que não afetem seriamente o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. Isto significa que o cultural e o emocional na linguagem são interdependentes. Com efeito, torna-se óbvio, depois de alguma reflexão, que a competência lingüística de uma pessoa, independentemente de sua base biológica, encontra-se no âmbito de nossa definição de cultura. E pode bem ser que outros tipos de conhecimento adquirido socialmente — inclusive mitos, crenças religiosas etc. — tenham uma base biológica específica da espécie na mesma proporção que a linguagem tem. Devemos ter este ponto em mente quando levamos em conta a aquisição e a estrutura da linguagem em termos da oposição entre o biológico e o cultural. Não é mais possível pensar em termos de uma distinção nítida entre natureza e educação.

10.2 A hipótese Sapir-Whorf

O grande lingüista e antropólogo norte-americano Edward Sapir (1844-1939) e seu discípulo Benjamin Lee Whorf (1897-1941) foram herdeiros de uma tradição no pensamento europeu (mediada, muito provavelmente, por Franz Boas: 1848-1942) que, como vimos, desempenhou um papel importante no desenvolvimento do estruturalismo (v. 7.2). A tradição remonta no mínimo a Herder e tinha em Wilhelm von Humboldt um de seus primeiros e mais influentes representantes (v. 8.1). Ela é marcada pela sua ênfase no valor positivo da diversidade lingüística e cultural e, de um modo geral, pela sua ligação com os princípios do idealismo romântico.

Embora hostil ao classicismo, universalismo e intelectualismo excessivo do Iluminismo, a tradição Herder-Humboldt não levou a sua hostilidade ao ponto de proclamar que não existem universais de linguagem e cultura. Humboldt, pelo menos, acentuou tanto o universal quanto o particular na linguagem. Ele via a diversidade estrutural das línguas (sua forma interna) como o produto da faculdade, universalmente operante e especificamente humana, da mente. É por esta razão que Chomsky pôde reconhecer em Humboldt ("que se situa diretamente nas correntes cruzadas do pensamento racionalista e romântico e cuja obra é, de várias maneiras, a culminância bem como o ponto terminal desses desenvolvimentos"; Chomsky, 1966: 2) os primórdios do gerativismo e, mais particular-

mente, de sua própria noção de criatividade (v. 7.4). Seja como for, a versão da concepção de Herder-Humboldt da relação entre linguagem e pensamento que foi rotulada por lingüistas, antropólogos e psicólogos norte-americanos de 'hipótese Sapir-Whorf' na década de 1950, é normalmente associada à tese da relatividade lingüística. Embora não necessariamente concomitante com o estruturalismo enquanto tal, esta tese constituiu uma das características mais notáveis de suas versões norte-americanas, inclusive da escola pós-bloomfieldiana.

Herder, como vimos antes, falava da interdependência de linguagem e pensamento (v. 8.1). Humboldt aproxima-se mais do determinismo lingüístico. A hipótese Sapir-Whorf, como é normalmente apresentada, combina determinismo lingüístico ("A linguagem determina o pensamento") com relatividade lingüística ("Não há limites para a diversidade estrutural das línguas"). Na sua versão mais extrema, a hipótese Sapir-Whorf pode ser colocada como se segue:

(a) Nós estamos, em todo o nosso pensamento e para sempre, "à mercê da língua determinada que se tornou o meio de expressão para a [nossa] sociedade", porque só podemos "ver e ouvir e experimentar de outras formas" em termos das categorias e distinções codificadas na linguagem; (b) as categorias e distinções codificadas em um sistema lingüístico são exclusivos àquele sistema e incomparáveis aos de outros sistemas.

Não está claro se Sapir ou Whorf concordariam com a hipótese sob esta forma. Embora eu tenha incorporado as próprias expressões de Sapir na formulação da tese do determinismo lingüístico apresentada acima, a famosa passagem de onde elas foram tiradas (Sapir, 1947: 162) contém igualmente um número de expressões qualificativas que reduzem a sua força.

Vale observar que, embora formulada de maneira forte, a versão extrema da hipótese que acabou de ser apresentada não exclui em si a possibilidade de bilingüismo. Poderia ser argumentado que o bilíngüe tem duas visões incompatíveis do mundo e que ele muda de uma para outra à medida que muda de uma língua para outra. No entanto, se verdadeira, a hipótese em sua versão forte está em conflito com o fato evidente de que os bilíngües não manifestam nenhum sintoma óbvio de estarem trabalhando com visões do mundo radicalmente incompatíveis e afirmam freqüentemente ser capazes de dizer a mesma coisa em ambas as línguas. Os tradutores, também, concordarão com muita freqüência, se não sempre, que o que foi dito ou escrito em uma língua pode ser dito ou escrito em outra. (A qualificação "com muita freqüência se não sempre" será retomada presentemente.)

Provavelmente ninguém defenderia nem o determinismo extremo nem a relatividade extrema hoje em dia. Mas há muito a ser dito em favor

de uma versão mais fraca — e filosoficamente menos interessante — da hipótese Sapir-Whorf, na qual ambas as teses constituintes estão modificadas. Começemos com o determinismo.

O interesse dos psicólogos na influência da linguagem no pensamento antecede a formulação da hipótese Sapir-Whorf como tal. Já era sabido há muito que a memória e a percepção são afetadas pela disponibilidade de palavras e expressões apropriadas. Por exemplo, experiências demonstraram que memórias visuais tendem a ser distorcidas de modo a corresponderem mais de perto a expressões comumente usadas; e que as pessoas tendem a observar (e lembrar-se de) coisas que são codificáveis em sua língua: isto é, coisas que se enquadram no âmbito de palavras e expressões disponíveis imediatamente. A possibilidade de ser codificado é, neste sentido, uma questão de grau. Algo que se situa no âmbito da denotação de uma única palavra comum (por exemplo, 'tio') é mais altamente passível de codificação do que algo cuja descrição requer um sintagma especialmente construído (por exemplo, 'irmão do pai ou da mãe').

É bastante sabido que os vocabulários das línguas tendem a ser, em maior ou menor grau, não isomórficos (v. 5.3). Na medida em que isto é verdadeiro, algumas coisas serão mais altamente passíveis de codificação em uma língua do que em outra. Por exemplo, assim como se diz do esquimó que não tem uma palavra única para neve, mas muitas palavras diferentes para muitos tipos de neve, parece que a maioria das línguas australianas não tem uma palavra que significa "areia", mas diversas palavras que denotam vários tipos de areia. A razão para isto é suficientemente óbvia em cada caso. A diferença entre um tipo e outro de neve ou areia é de grande importância na vida diária do esquimó, por um lado, e do aborígine australiano, por outro. O inglês não tem palavras mais específicas do que 'snow' ["neve"] e 'sand' ["areia"]. Entretanto, os esquiadores, por exemplo, que podem ter tanto interesse quanto um esquimó nos vários tipos de neve, podem usar expressões como 'neve poenta', 'neve primavera' etc., que, em virtude do uso freqüente e da denotação fixa dentro de determinado grupo, aproximam-se do *status* de lexemas e tornam certos fenômenos mais altamente codificáveis para aqueles desportistas do que para os membros da comunidade de língua inglesa em geral.

A observação que acabou de ser feita deve-se ter em mente. A possibilidade de codificação não é necessariamente constante nem uniforme por toda uma comunidade lingüística — sobretudo quando lidamos com uma comunidade tão complexa, difusa e diversificada quanto a dos falantes nativos de inglês. Com demasiada freqüência a correlação entre língua e cultura é feita num nível muito geral, e com o pressuposto tácito ou explícito de que os que falam a mesma língua têm necessariamente que compartilhar a mesma cultura. Tal pressuposto é manifestamente falso

com relação a muitas línguas e muitas culturas. Não menos importante é o fato de que a possibilidade de codificação não é uma simples questão da existência de lexemas de uma palavra só. Não obstante, contanto que não esqueçamos que estamos falando, em princípio, de determinados grupos, e não de nações inteiras, e que os recursos produtivos do sistema lingüístico podem capacitar os membros de um grupo a aumentar por conta própria a possibilidade de codificação daquilo que lhes interessa particularmente, podemos continuar a utilizar o conceito de possibilidade de codificação como se fosse uma propriedade global de sistemas lingüísticos.

Quando a hipótese Sapir-Whorf foi investigada por psicólogos na década de 1950, foi demonstrado que a maior possibilidade de codificação de certas distinções de cores em uma língua do que em outra tinha o efeito esperado na memória e na percepção. Por exemplo, falantes monolíngües de zuni, uma língua indígena americana, que não codifica a diferença entre laranja e amarelo, tinham mais dificuldade do que falantes monolíngües de inglês ou do que falantes de zuni que também sabiam inglês de tornar a identificar, depois de certo tempo, objetos de uma cor que era imediatamente codificável em inglês, mas não em zuni. Entretanto, o efeito não era tal que os falantes de zuni fossem incapazes de perceber a diferença entre um objeto amarelo e um laranja, se se pedisse que os comparassem.

As experiências em questão podem ser consideradas como tendo confirmado em parte a hipótese Sapir-Whorf, mas elas não forneceram dados em favor de sua versão forte. E o mesmo é verdade de outras experiências que foram conduzidas na década de 1950 e no início da década de 1960, inclusive uma experiência particularmente interessante que foi designada para testar o efeito de diferenças de estrutura gramatical, ao invés de puramente lexical (cf. Slobin, 1971: 131ss). No entanto, elas confirmaram de fato uma versão mais fraca da hipótese: de que a estrutura da língua de um indivíduo influencia a percepção e a lembrança. E isto não deve ser esquecido. Pode não ser surpreendente que deveria ser mais fácil fazer certas distinções em uma língua do que em outra. Contudo isto é verdade; e esta diferença parece ter uma influência limitada na percepção e na memória através das línguas, e no nosso pensamento do dia-a-dia.

Como a tese do determinismo lingüístico não é mais discutida intensivamente como era há uma geração, é difícil saber para onde pende a balança da opinião especializada em relação a ela. É provavelmente justo dizer que a maioria dos psicólogos, lingüistas e filósofos aceitariam que a linguagem tem o tipo de influência indicado acima na memória, na percepção e no pensamento, mas estariam céticos a respeito de qualquer versão mais forte da hipótese de que a linguagem determina as categorias

ou os padrões do pensamento. Eles bem poderiam acrescentar que muito da argumentação que Whorf e outros usaram em favor de uma versão mais forte e metafisicamente mais interessante da tese está desvirtuada por tradução e circularidade. Por exemplo, o próprio Whorf defendeu o fato de que os índios hopis, cuja língua não tem a categoria gramatical de tempo [presente, passado, futuro etc.], trabalham com um conceito radicalmente diferente de tempo [real] do que aquele com o qual os falantes de línguas européias trabalham. Mas ele não apresenta nenhum dado independente satisfatório que evidencie as diferenças no comportamento daqueles falantes, nem nos seus padrões de pensamento, que justifique aquela reivindicação. Pode-se argumentar também que ele exagerou a diferença entre a categoria gramatical de modo em hopi e o que é tradicionalmente classificado como tempo [gramatical] nas línguas européias. De maneira semelhante, a ausência de numerais de valor maior do que quatro em muitas línguas australianas tem sido considerada com frequência como prova da inabilidade dos falantes de tais línguas de lidarem com o conceito de número. Mas resulta que os aborígenes australianos que aprendem inglês como segunda língua não têm dificuldades com os numerais e são capazes de utilizá-los para contar e efetuar cálculos tão prontamente quanto o falante nativo médio de inglês (cf. Dixon, 1980: 107). Resumindo, pareceria que, apesar das afirmações em contrário por proponentes do determinismo extremo, ainda não foi encontrado nenhum bom motivo para descartar a opinião mais tradicional de que falantes de línguas diferentes têm essencialmente a mesma visão do mundo, ou modelo conceitual, no que diz respeito a conceitos mais profundos e filosoficamente mais interessantes tais como tempo, espaço, número, matéria etc.

Não se segue, no entanto, que falantes de línguas diferentes tenham a mesma visão do mundo com respeito a outros conceitos menos básicos. Pois muitos dos conceitos com que lidamos são vinculados à cultura, no sentido de que dependem, para a sua compreensão, do conhecimento transmitido socialmente, tanto conhecimento prático quanto propositivo, e variam consideravelmente de cultura para cultura. Consideremos, por exemplo, conceitos tais como os de "honestidade", "pecado", "parentesco", "honra" etc. É fato aceito que conceitos desse tipo vinculados à cultura são, no mínimo, mais altamente passíveis de codificação em algumas línguas do que em outras. Os proponentes da tese da relatividade lingüística diriam que muitas das diferenças de estrutura gramatical e lexical encontradas nas línguas são de tal natureza que algumas coisas que podem ser ditas em uma língua não podem ser ditas em outra. Isto é verdade?

Como vimos, é frequentemente possível aumentar a possibilidade de codificação baseando-se nos recursos de um sistema lingüístico e construindo expressões que, em virtude do uso continuado em determinados contextos, podem adquirir então a mesma especificidade de significado do

que os lexemas. Os nossos exemplos foram 'neve poenta', 'neve primavera', etc., para grupos de esquiadores. O processo de aumentar a possibilidade de codificação deste modo depende da produtividade dos sistemas lingüísticos e do que Chomsky chamou de criatividade regida por regras (v. 7.4). É um processo constante no comportamento lingüístico diário. Muitas das expressões complexas construídas dessa forma vêm a ser empregadas mais amplamente ('corrida armamentista', 'esgotamento nervoso', 'oferta e procura' etc.) e chega uma hora em que um lexicógrafo dirá, bastante racionalmente, que elas entraram para o vocabulário com todo o direito, por assim dizer. Este processo é um aspecto do que foi referido antes como capacidade de amplificação e modificação das línguas (v. 1.2). Observaremos que, embora em seus estágios iniciais não se possa dizer que tenha algum efeito sobre o sistema lingüístico, tal capacidade eventualmente resultará em uma ampliação do vocabulário. Obviamente temos que rejeitar qualquer versão da tese da relatividade lingüística — e, pelo mesmo motivo, qualquer argumento que signifique refutá-la — que despreze este tipo de amplificação e modificação.

Uma outra maneira de ampliar o sistema lingüístico em si é tomar emprestado lexemas de outras línguas (v. 6.4). Particularmente interessante, no presente contexto, entretanto, é a chamada tradução por empréstimo. O tipo mais óbvio de tradução por empréstimo envolve a tradução das partes constituintes de uma palavra ou de um sintagma estrangeiros. Por exemplo, uma vez que o sintagma inglês *'summit conference'* ["conferência de cúpula"] havia sido mais ou menos lexicalizado, primeiramente no uso de diplomatas e de jornalistas, pelo processo esboçado no parágrafo anterior, ele foi retomado em muitas outras línguas por meio da tradução de palavra por palavra: em francês *'conférence au sommet'*, em alemão, *'Gipfelkonferenz'* etc.

Esse exemplo ilustra a questão importante seguinte, de que a tradução por empréstimo é facilitada pela existência de palavras formalmente relacionadas, apesar de que as palavras em questão pudessem não ter exatamente o mesmo significado em contextos que não aqueles criados pelo processo da tradução por empréstimo em si. A escolha de *'conférence de presse'*, *'Pressekonferenz'*, *'press conference'* ["entrevista à imprensa"] foi sem dúvida influenciada pela existência de sua relação formal com *'conference'*; e todas as três palavras são, falando diacronicamente, palavras emprestadas ao latim.

Como será explicado numa seção posterior, existem tipos mais sutis e menos óbvios de tradução por empréstimo que acontecem em virtude de contato cultural (v. 10.5). O que se quer colocar aqui é o fato de que a ampliação do vocabulário de uma língua por meio de empréstimo e a modificação do significado de palavras e sintagmas existentes por meio de

uma tradução por empréstimo envolvem mudanças na estrutura lexical do sistema lingüístico. Se esta questão é admitida, imediatamente demonstra-se que não apenas algumas coisas são mais passíveis de codificação em algumas línguas do que em outras, mas que existem certas coisas que não podem ser ditas de todo em determinadas línguas simplesmente porque o vocabulário necessário para dizê-las não existe. Por exemplo, há milhares de línguas nas quais *"They are playing cricket"* ["Eles estão jogando *cricket*"] não pode ser dito por esta razão, e em todas as línguas em que pode ser dito, exceto o inglês, isto sucede porque a palavra *'cricket'* ou o seu significado foi tomada emprestada e, na maioria dos casos, também a palavra *'play'* ou o seu significado. E modificar o vocabulário por empréstimo ou por tradução por empréstimo é mudar a língua para outra meio diferente. Pode parecer à primeira vista que esta questão é um tanto trivial. Mas, como veremos mais tarde, tem conseqüências maiores do que se avalia em geral. Pois grande parte do que conta como tradução normal é, necessariamente, tradução por empréstimo. O fato de não se ter em conta que isto é o que ocorre encorajou a opinião de que existe um grau maior de possibilidade de tradução mútua entre as línguas do que realmente há (v. 10.5).

Não são apenas diferenças de estrutura lexical (inclusive, é óbvio, **lacunas lexicais**: a ausência de palavras apropriadas) que tornam a tradução exata entre as línguas difícil e às vezes impossível. As línguas podem ser, e normalmente são, gramaticalmente não isomórficas com respeito a categorias semanticamente relevantes tais como tempo [gramatical], modo, número. O fato de que isto ocorre pode não ser tão importante, do ponto de vista filosófico, quanto Whorf e seus adeptos achavam — para não mencionar precursores tais como Trendelenburg, citado antes (v. 8.1). Mas as conseqüências são as mesmas do não isomorfismo lexical, no que diz respeito à possibilidade de ser traduzido.

Eis um exemplo simples: é rigorosamente impossível traduzir para o russo (ou mesmo para a maioria das línguas do mundo) qualquer sintagma nominal do inglês que contém o artigo definido, já que o russo não gramaticaliza a distinção, ou distinções, semântica(s) que são gramaticalizadas em inglês pela presença ou ausência de um determinante, por um lado, e pela oposição entre um artigo definido e um indefinido, por outro. O que acontece na prática é que o tradutor geralmente omite por completo a informação veiculada pelo artigo definido. Se esta não pode ser recuperada a partir do contexto e é considerada de tal importância que tem de ser transmitida na tradução, ele é obrigado a acrescentar algo além e acima do que está dito de fato no original. Por exemplo, ele poderia usar um adjetivo demonstrativo que significa "este" ou "aquele". Na maioria dos contextos os adjetivos demonstrativos em inglês e em outras línguas têm um significado mais específico do que o artigo definido.

Poderíamos dar exemplos mais notáveis. Boas (1911), na introdução imensamente influente com a qual contribuiu para o *Handbook of American Indian Languages*, enfatizou diferenças de estrutura tanto gramaticais quanto lexicais. (Foi Boas, aliás, quem utilizou aqui o exemplo das várias palavras para neve em esquimó, que tem sido repetido desde então em inúmeros livros didáticos e em discussões gerais sobre linguagem e cultura. Boas tem vários outros exemplos igualmente persuasivos de diferenças relevantes de estrutura lexical.) Quanto a diferenças gramaticais, ele partiu da sentença simples do inglês *'The man is sick'* [O homem está doente] e mostrou como a tradução da mesma para três línguas indígenas americanas (kwakiutl, esquimó e ponca) obrigaria o tradutor a acrescentar informação (e informação diferente para cada língua) que não está contida no original: por exemplo, para indicar, pela escolha de uma categoria gramatical e não de outra, se a pessoa a que se está fazendo referência está ou não visível para o falante, se ela está deitada de frente, se está parada ou em movimento, e assim por diante; ou ainda, para indicar se o próprio falante pode garantir a informação por ele mesmo com base na observação direta ou se ele está confiando no que ouviu falar.

Seguindo o exemplo de Boas, muitos outros lingüistas, inclusive Sapir e Whorf em várias de suas publicações, apresentaram a mesma opinião geral e demonstraram a sua validade de maneira convincente. O que não foi demonstrado, no entanto, é que há qualquer correlação entre diferenças de estrutura gramatical e diferenças na mentalidade dos falantes de línguas gramaticalmente diferentes. Do momento em que fazemos tal qualificação e nela insistimos, temos que concordar com uma versão modificada da tese da relatividade lingüística, levando em conta os dados que temos atualmente.

Já que estamos interessados antes de mais nada em linguagem e cultura neste capítulo, devemos acrescentar que em hipótese alguma todas as diferenças lexicais e gramaticais entre as línguas podem ser atribuídas de maneira plausível a diferenças culturais atuais, ou mesmo passadas, entre os respectivos falantes. A possibilidade de tradução pode falhar haja ou não diferenças correlatas de culturas em duas comunidades lingüísticas. Por exemplo, seria difícil justificar a opinião de que a presença ou ausência de um artigo definido (cf. o inglês e o russo) está correlacionada com uma diferença cultural identificável. Mas existem, é claro, muitas diferenças tanto de estrutura gramatical quanto de estrutura lexical que podem ser correlacionadas a diferenças nas culturas com as quais determinadas línguas estão associadas. Esta questão será ilustrada por meio de dois exemplos um tanto diferentes nas próximas duas seções. Estaremos então em uma posição melhor para avaliar o papel do componente cultural na determinação da estrutura das línguas.

10.3 Termos que denominam cores

Existem várias razões para examinarmos o vocabulário das cores em relação à tese da relatividade lingüística. Até recentemente essa foi a principal área utilizada por estruturalistas para demonstrar o fato de que as línguas humanas são não isomórficas lexicalmente. A demonstração é mais fácil, e o seu efeito mais impressionante, por podermos isolar o significado puramente descritivo dos termos usados para denominar as cores de seus significados expressivo e social sem muita dificuldade. Além disso, o significado descritivo desses termos parece estar relacionado ao mundo físico da experiência do dia-a-dia, em termos de denotação, de um modo muito mais direto do que o significado descritivo dos lexemas em muitos outros campos semânticos (v. 5.3). Foi por este motivo, também, que o vocabulário das cores foi escolhido pelos psicólogos na década de 1950 em sua investigação da hipótese Sapir-Whorf (v. 10.2).

O espectro visível é um *continuum* físico. É também um *continuum* visual, no sentido de que qualquer cor distinguível matiza-se gradual e, nos limites da discriminação visual, imperceptivelmente com as cores vizinhas. Por exemplo, o azul matiza-se gradual e imperceptivelmente, neste sentido, com o verde; o verde, com o amarelo; e assim por diante. Todas as línguas, supostamente, fornecem aos seus usuários palavras que os capacitam a se referir a certas áreas desse *continuum* visual: em inglês, termos básicos para cores como *'black'* [preto], *'white'* [branco], *'red'* [vermelho], *'green'* [verde], *'blue'* [azul], *'brown'* [marrom] etc., e termos não básicos ou secundários como *'turquoise'* [turquesa], *'vermilion'* [vermelhão], *'puce'* [carmim] etc. O que conta como termo básico para cores em contraste com não básico, ou secundário, está aberto à discussão, uma vez que há vários critérios possíveis a serem aplicados. Por exemplo, *'orange'* [laranja], em virtude de sua associação com a cor da fruta, poderia não ser considerado como um termo básico para designar cor: do mesmo modo como *'lemon'* [limão] ou *'apricot'* [abricó], contaria como não básico. Por outro lado, outros critérios — incluindo frequência de uso enquanto termo designativo de cor e familiaridade de tal uso para membros médios da comunidade lingüística — certamente nos levaria a afirmar que *'orange'* é um termo básico em inglês. É possível que, a partir de certos critérios, algumas línguas não tenham nenhum termo básico designativo de cor. No entanto, a maioria delas os tem e, em geral, é fácil decidir quais são. Vamos considerar, então, pacífica a distinção entre termos básicos e não básicos para denominar as cores.

É fato conhecido e indiscutível que as línguas diferem no número de termos que têm para designar as cores básicas. Independentemente deste fato é também bastante sabido que a tradução palavra por palavra dos termos designativos das cores através das línguas é frequentemente

impossível porque nenhuma palavra em uma das línguas corresponde exatamente a uma palavra na outra. Por exemplo, não há nenhuma palavra em francês que compreenda tudo o que 'brown' compreende em inglês; não há nenhuma palavra única em russo, espanhol ou italiano que corresponda a 'blue'; nenhuma palavra em húngaro que corresponda a 'red'; e assim por diante. Fatos deste tipo eram citados com frequência, até o final da década de 1960, como prova, não apenas da incomensurabilidade estrutural, ou não isomorfismo, de diferentes sistemas lexicais, mas também da arbitrariedade das divisões que os diferentes sistemas lingüísticos fazem dentro do que dissemos ser um *continuum* físico e também visual (isto é, psicofísico).

Como existe hoje algum motivo para duvidar que estas divisões sejam arbitrárias, enfatizamos igualmente que a incomensurabilidade estrutural dos vocabulários de determinadas línguas em relação aos termos por elas utilizados para designar as cores básicas não foi desmentida, nem mesmo questionada. Por exemplo, a sentença do inglês 'My favourite colour is blue' ["A minha cor favorita é o azul"] não pode ser traduzida para o russo (em qualquer sentido comum da palavra 'tradução') de outro modo que não seja decidindo arbitrariamente entre 'sinij' e 'goluboj', *grosso modo* "azul escuro" e "azul mais claro", respectivamente. Na prática, os tradutores frequentemente são obrigados a tomar decisões arbitrárias deste tipo; e, para as finalidades em questão, isto normalmente não tem conseqüências. Geralmente imaginamos a tradução como um processo que mantém constante pelo menos o contexto do que é dito, em termos das proposições envolvidas. Mas grande parte da tradução comum não faz isso e, dada a natureza das coisas em questão, nem pode fazê-lo.

Em 1969 Berlin e Kay publicaram um livro importante, *Basic Color Terms* ["Termos básicos designativos de cores"], no qual apresentaram dados como provas de que as semelhanças e diferenças entre as línguas com relação à maneira como elas dividem o espectro visual não são tão arbitrárias quanto já se pensou. Em primeiro lugar, eles chamaram atenção para a importância de considerar o que chamaram de **significado focal** de um termo, ao invés de seu significado periférico. Quanto aos termos designativos das cores, o seu significado focal pode ser verificado pedindo-se aos falantes para apontar num mostruário de cores o que eles considerariam como um bom exemplo da cor em questão. Sucede que, feito isso, há um alto grau de concordância entre os falantes nativos quanto ao significado focal dos termos básicos designativos das cores em sua língua, enquanto que eles podem sentir grandes dificuldades para dizer onde se encontra a fronteira entre um termo e outro, ou discordar entre si quanto aos resultados de qualquer tentativa de situar a fronteira em determinado lugar no *continuum*. Por exemplo, falantes de inglês podem não ser capazes de concordar a respeito de onde colocar a fronteira entre o azul e o verde num mostruário de cores (ou da utilização das palavras

para "verde" e "azul" no dia-a-dia). Mas eles não têm dificuldade em dizer o que é azul ou verde típico, ou focal. Até agora, o que Berlin e Kay descobriram está coerente com a opinião de que cada língua impõe as suas próprias divisões arbitrárias no *continuum* visual, opinião esta partilhada pela maioria dos estruturalistas.

No entanto, eles também descobriram que as diferentes línguas tendem a concordar quanto às áreas focais de determinados termos designativos de cores e que isto é verdade independentemente do número de termos para cores existentes nos sistemas. Por exemplo, não apenas a área focal para o 'red' [vermelho] do inglês e o 'rouge' [vermelho] do francês é a mesma (o inglês e o francês têm o mesmo número de termos básicos para as cores), mas uma língua com um número bem menor de termos desse tipo pode ter um cuja área focal coincida com a de 'red' ou 'rouge'. Mais impressionante ainda é o fato — e trata-se de um fato — de que existe uma ordenação parcial, ou hierarquia, universal entre os termos designativos das cores, em potencial, das línguas. Por exemplo, qualquer língua com apenas três termos para designar as cores terá termos cujos focos correspondem aos de preto, branco e vermelho; quaisquer línguas com seis termos para cores terá, além desses três, termos cujos focos sejam os mesmos dos de verde, amarelo e azul. Diz-se que o foco do sétimo termo designativo de cor num sistema de sete termos é marrom. (O francês, como foi observado acima, não tem uma palavra única para *brown* [marrom]; mas 'brun' [marrom], com restrições contextuais, e, adicionalmente, 'marron' [castanho], podem ser considerados como denotando a área focal de 'brown'.) Depois disso vêm roxo, rosa, laranja e cinza, mas sem nenhuma ordem dentro do conjunto: isto é, um sistema de oito termos poderia ter um termo para roxo, um outro para rosa, e assim por diante.

A hipótese Berlin-Kay despertou uma boa quantidade de controvérsia quanto à sua base experimental. Mas até o momento, independentemente de detalhes que não mencionamos aqui, ela resistiu a outros testes empíricos. Existem dois aspectos gerais que podem ser destacados com referência à hipótese, ambos relevantes para a tese da relatividade e para a relação entre linguagem e cultura.

O primeiro é que, embora possa existir uma subestrutura universal no vocabulário das cores, existe nitidamente uma superestrutura não universal também. A diferença entre línguas com um sistema relativamente rico em termos básicos de cores e línguas com um sistema relativamente pobre em tais termos ainda permanece. Além disso, provas como as que temos em favor de uma ordenação parcial universal no conjunto de termos básicos para cores são restritas, como vimos, às seis ou sete cores mais comumente rotuladas. Dado que essas áreas, e mais precisamente os focos a elas associados, são perceptualmente evidentes para os seres humanos,

em virtude, pelo menos em parte, de sua constituição neurofisiológica, há outras áreas não universais e perceptualmente menos evidentes no *continuum* das cores que são reconhecidas lexicalmente e integradas completamente com as áreas mais evidentes universalmente no vocabulário de cores de determinadas línguas. É bastante claro a partir das discussões de cores por antropólogos, tanto em relação à hipótese Berlin-Kay quanto independentemente dela, que a evidência cultural, bem como a perceptual com base biológica, desempenham um papel na identificação dos termos designativos de cores; e, como vimos, o biológico e o cultural são, em geral, interdependentes na aquisição da linguagem (v. 8.4). Finalmente, existem muitos usos cotidianos de termos de cores — e não apenas os mais obviamente simbólicos (branco para pureza, vermelho para perigo, preto para luto etc.) — que são dependentes de cultura, no sentido de que não se pode adquiri-los sem adquirir simultaneamente o conhecimento social relevante. A importância deste fato foi subestimada por muitos lingüistas, psicólogos e filósofos que discutiram a hipótese Berlin-Kay. O que é verdadeiro em relação ao vocabulário de cores parece sê-lo também em relação a qualquer domínio lexical que se escolha. Se existe uma subestrutura universal de distinções semânticas no âmbito de tal domínio, haverá também uma superestrutura dependente de cultura, não universal e talvez muito mais ampla.

O segundo aspecto tem a ver com a noção de áreas focais, ou focos. Embora tenhamos iniciado falando sobre cores em termos de um *continuum* visual, tornou-se claro que existe um sentido importante no qual isto não é verdade. Os seres humanos têm uma constituição tal (assim como os animais) que respondem neurofisiologicamente a determinados estímulos e não a outros. Esta pode ser a base, pelo menos em parte, para a maior saliência de alguns focos de cores e sua universalidade (v. Clark & Clark, 1977: 526ss). Esses focos servem de pontos de referência em relação aos quais impomos estrutura sobre o restante do *continuum* físico, enquanto impomos estrutura sobre ele. E eles servem de protótipos na aquisição dos termos designativos de cores. Por exemplo, aprendemos o significado de 'vermelho' primeiramente pela sua associação com o respectivo foco e em seguida pela ampliação da denotação para fora do seu foco, por uma área um tanto indeterminada. Mas o significado prototípico ou focal de 'vermelho' continua a servir de ancoradouro para o termo depois disso; e tenderemos a associá-lo a algo que nos seja familiar em nosso ambiente diário: por exemplo, 'vermelho' poderia ser definido, prototipicamente, neste sentido, com referência a sangue ou fogo (como muitos dicionários o definem de fato). Mais uma vez, o que é verdadeiro para os termos designativos das cores também o é para o vocabulário em geral. [O mundo da experiência não se nos apresenta como um *continuum* indiferenciado.] Como vimos num capítulo anterior, ele

é por nós categorizado, pelo menos até certo ponto, naquilo que é tradicionalmente denominado de **tipos naturais** (v. 5.3).

Vimos também que, em primeiro lugar, a maioria dos lexemas em todas as línguas não denotam tipos naturais; e, em segundo lugar, que aqueles que o fazem requerem apoio cultural. O fato de que determinadas substâncias constituem tipos naturais, em virtude de sua composição física (o sal, por exemplo), ou determinadas espécies biológicas, em virtude de sua capacidade de criar e de reproduzir a sua casta (os tigres, por exemplo), é irrelevante, quanto à estrutura lexical da língua, a não ser que tais substâncias ou espécies sejam reconhecidas culturalmente como tal. Trabalhos recentes, tanto em semântica filosófica quanto em psicolingüística e em sociolingüística, chamaram atenção para o papel de protótipos instituídos culturalmente na definição do significado das palavras, denotem elas tipos naturais, no sentido tradicional do termo, ou não.

10.4 Pronomes de tratamento

O fenômeno que nos interessa nesta seção tem sido muito discutido, por lingüistas e outros, tanto em si mesmo, quanto como exemplo de uma gama mais ampla de distinções culturalmente determinadas em línguas diferentes. Foi escolhido aqui porque, à primeira vista pelo menos, o tipo de significado envolvido, social e expressivo, contrasta fortemente com o significado descritivo dos termos designativos de cores.

Na maioria das línguas européias modernas, embora não no inglês-padrão (tal como é usado pela maioria dos grupos para a maioria das finalidades), existe uma distinção entre o que se chama convencionalmente de pronomes de tratamento polidos e familiares: em francês, 'vous' : 'tu'; em alemão, 'Sie' : 'du'; em italiano, 'lei' : 'tu'; em russo, 'vy' : 'ty'; em espanhol, 'usted' : 'tu' etc. As origens dessa distinção são incertas. Entretanto, diz-se que teve como fonte o latim do período final do Império Romano ou do início da Idade Média, e que foi assumida, em vários períodos, pelas outras línguas. É bem claramente, em sua distribuição atual pela maioria das línguas da Europa, resultado de empréstimo. Com efeito, houve empréstimo em vários níveis, já que a distinção nem sempre foi tirada diretamente do latim, em primeiro lugar, e que, no decorrer dos séculos, as línguas que faziam a distinção sofreram influência modificadora de outras línguas que também a faziam. Neste caso, como quase sempre, o empréstimo é consequência de difusão cultural (v. 10.5). Para nossa conveniência e de acordo com a prática comum hoje em dia, vamos nos referir aos pronomes familiares e polidos, independentemente da língua de que estivermos tratando, como T e V, respectivamente.

Os psicólogos sociais investigaram o uso de T e V em termos dos conceitos de poder e solidariedade, por um lado, e de uso recíproco e não-recíproco, por outro. Falando de um modo geral, podemos dizer que o uso não-recíproco indica uma diferença de *status* reconhecida. Em sociedades onde existe o uso não-recíproco, uma pessoa socialmente superior, ou mais poderosa de outra maneira, usará T para os seus inferiores, mas será tratada por eles como V. Mas, o uso não-recíproco tem declinado na maioria das línguas européias desde o século dezenove, exceto no caso de adultos e crianças que não são membros da mesma família e em um ou outro caso mais especial. Isto se explica historicamente em parte pela propalação de atitudes mais igualitárias ou democráticas nas sociedades ocidentais e em parte pela importância crescente do fator solidariedade, marcada não simplesmente pelo uso recíproco como tal, mas mais particularmente pelo uso recíproco de T. Em muitos países da Europa, e especialmente na França, o uso recíproco de T entre colegas e conhecidos aumentou bastante nos últimos anos, em todos os níveis sociais, mas sobretudo entre os jovens e aqueles de visão politicamente mais liberal ou esquerdista. É muito raro hoje em dia, por exemplo, marido e mulher usarem V um para o outro, ou pais e filhos fazerem uso da alternativa não-recíproca. Entretanto, essa era a prática em todas as famílias francesas de classe alta antigamente; e ainda não desapareceu por completo.

Deve ser enfatizado que as generalizações que acabamos de fazer a respeito da mudança gradual de poder para solidariedade, como fator dominante na mudança que ocorreu no uso T/V nas línguas européias nos últimos cem anos mais ou menos, são de natureza estatística. Não se trata certamente de poder prever com precisão total se duas pessoas usarão T ou V em dada situação com base exclusiva em informação sobre sua classe social, idade, sexo, tendências políticas etc. Além disso, existem diferenças dentro do que parece constituir grupos sociais comparáveis em diferentes países da Europa, com relação à liberdade com a qual T é utilizado. No entanto, a mudança descrita acima sem dúvida sucedeu em tempos ligeiramente diferentes e em proporções diferentes.

O exemplo foi escolhido para ilustrar o fato de que há, ou pode haver, tanto sincrônica quanto diacronicamente, uma correlação entre estrutura social e não apenas o vocabulário, mas também a estrutura gramatical das línguas. Tal correlação é muito mais ampla em outras línguas, como o japonês, o hindi ou o javanês, do que é em qualquer das línguas européias. Mas vale observar que em italiano e em espanhol, diferentemente do francês, do alemão ou do russo, existe, em certas construções gramaticais, uma distinção imperativo/subjuntivo relacionada com a distinção T/V; que em certos dialetos do italiano do sul há mais uma distinção, no âmbito de V, por assim dizer, entre 'lei' e 'voi'; que em algumas, mas não em todas, as línguas que fazem a distinção T/V existe uma distinção singular/plural a

ela relacionada; e assim por diante. Quando se trata de dizer o que T ou V significa em determinada língua, é necessário fornecer muito mais detalhes acerca de estrutura social e funções sociais do que está compreendido também sobre a interpretação de T e V na estrutura gramatical de cada língua e do uso desses pronomes com ou sem títulos, nomes e outros termos de tratamento. Contudo, a questão geral está clara: o significado social e expressivo de T e V é obviamente dependente de cultura; é um caso de conhecimento socialmente adquirido. E o conhecimento é prático e não baseado em proposições: situa-se dentro do escopo do conhecimento social.

T e V podem diferir um pouco em significado de língua para língua. Provas bastante notáveis disto podem ser encontradas na literatura russa do século dezenove, sobretudo nos romances de Tolstoi (v. Friedrich, 1968). A questão é que existia diglossia naquele tempo entre os membros da aristocracia russa, sendo o francês a língua A, e o russo a língua B (v. 9.4). Quando falavam francês entre si, usavam V, independentemente de laços de família ou amizade que pudessem uni-los. Mas quando falavam russo, usavam seja T seja V, reciprocamente entre eles, e não-reciprocamente com seus inferiores sociais e subordinados. O uso recíproco dos pronomes era determinado tanto por fatores de efeito mediato quanto de efeito imediato. Os do primeiro tipo eram o que foi identificado globalmente como solidariedade, baseada em parentesco, amizade, casamento etc. O efeito era que tanto homens como mulheres tratavam ou não os seus conhecidos em termos de T. Os do segundo eram o estado de espírito ou a emoção do momento: o russo, diferentemente do francês, por exemplo, permitia que se passasse com bastante liberdade do T de efeito mediato da solidariedade e da intimidade para um V de efeito imediato altamente significativo, de raiva e distanciamento; e também, embora isto não nos interesse aqui, o russo permitia que a solidariedade de curto alcance atravessasse as barreiras sociais, por assim dizer, em certos momentos altamente emocionais e triunfasse em relação ao padrão de uso não-recíproco a longo prazo.

Tolstoi tinha consciência das diferenças entre a distinção T/V em russo e em francês, já que ela se aplicava à fala da classe à qual pertencia. Não somente ele respeitava essas diferenças ao escrever, mas oportunamente ele chamava explicitamente a atenção dos seus leitores para elas. A razão pela qual ele fazia isto era, especialmente nas últimas novelas, que grande parte do diálogo, embora apareça em russo no original, devia ser interpretada como se fosse em francês. Normalmente é possível, com base em dados internos, inclusive no conhecimento das variáveis sociolingüísticas, inferir se determinada parte do texto deve ou não ser interpretada como representando o francês. Um dos indícios é o pronome de tratamento empregado. Por exemplo, em *Anna Karenina*, em diálogos envolvendo qualquer um dos personagens principais, uma forma T (com apenas algumas

exceções, explicáveis pelo contexto) é uma indicação certa de que está se falando russo (v. Lyons, 1980). O uso de uma forma V, entretanto, não implica, em si, que a conversa deve ser interpretada como sendo em francês. Em primeiro lugar, nem todos os personagens principais tratam-se mutuamente por T. Em segundo lugar, não somente ocorrem transições que indicam uma mudança de longo alcance de V para T, em determinados momentos identificáveis e altamente significativos, mas, como mencionamos acima, mudanças de T para V podem ocorrer durante desavenças expressas em russo — indicando-se a reconciliação ou ternura seguintes pelo retorno a T.

Os russos da classe a que pertencia Tolstói, e para quem ele escrevia no período em questão, reagiriam a essas pistas mais ou menos automaticamente. Eles eram bilíngües em russo e em francês e, quanto à distinção T/V, utilizavam dois sistemas bastante diferentes e incomensuráveis na sua vida cotidiana de modo que, sabendo se uma forma V do texto tinha o significado do V francês ou do V russo, reagiriam sem hesitar e, na maioria das vezes inconscientemente, aos casos em que a transição ocorre de um V para um T russos ou vice-versa. Muitas dessas transições têm grande importância e muitas delas, mas não todas, são anotadas explicitamente como tais pelo autor. Os leitores modernos de sua obra perderão muito a não ser que sejam capazes de adquirir a sensibilidade para reagir apropriadamente da maneira como os contemporâneos do próprio Tolstói, falantes de russo, reagiam.

Ora, qualquer pessoa que leia uma tradução em inglês não pode evitar perder as transições significativas: não há meios de transpô-las para o inglês — a não ser utilizando 'thou' [vós]: 'you' [tu] para representar T: V consistentemente no decorrer do texto. Mas isto dificilmente poderia ser considerado como uma tradução. Nem tampouco poderia ser alcançado efeito semelhante acrescentando-se termos carinhosos ou outras expressões de tratamento, tais como pronomes, ao texto. Traduções em inglês-padrão fazem isto ocasionalmente. Mas pode-se demonstrar imediatamente que elas falham na tentativa de obter o efeito desejado (v. Lyons, 1980).

Poderia se achar que uma tradução francesa tivesse possibilidade de lidar melhor com o problema; e de certa forma tem — fazendo consistentemente o que fez Tolstói, ao contrário. Mas, enquanto o leitor russo da época de Tolstói era bilíngüe tanto em russo quanto em francês, o leitor francês médio de Tolstói não é. E qualquer um que leia uma tradução francesa que usa 'vous' consistentemente para o 'vy' russo e 'tu' para o 'ty' russo tem que interpretar alguns dos pronomes em termos do sistema russo e alguns em termos do sistema francês, bastante diferente — não o sistema francês de hoje, mas o de cem anos atrás. Ele não precisa ser bilíngüe, mas certamente tem que ser bicultural, até certo ponto, e no que diz respeito às questões importantes.

E esta é a finalidade do exemplo. A maioria das línguas, se não todas, apresentam distinções em sua estrutura gramatical ou lexical que derivam o significado que têm em virtude de sua correlação com distinções funcionais na cultura ou subcultura na qual a língua é utilizada. O significado é comumente, embora não necessariamente, social e expressivo ao invés de descritivo. Mas o que foi dito na seção anterior a respeito da combinação de uma subestrutura possivelmente universal com uma superestrutura dependente de cultura, não universal, é válido com relação a este tipo de significado também. Como vimos, a distinção russa entre T e V difere da distinção francesa entre T e V. Mas a diferença pode se tornar clara, até um certo ponto, para aqueles que não sabem nem russo nem francês, em termos de noções bem gerais, se não universais, que têm a ver com *status* social, parentesco, amor, amizade etc. De maneira praticamente idêntica, antropólogos, sociolinguistas e comentaristas literários podem tornar claro para outros, mais ou menos adequadamente, o significado de expressões dependentes de cultura, desconhecidas, de outra língua. Este argumento será retomado e generalizado na próxima seção. O que tem que ser enfatizado aqui, no entanto, é que a habilidade de explicar uma distinção gramatical ou lexical dependente de cultura, de modo mais ou menos satisfatório, por intermédio de outra língua que não tem a distinção, não implica que ela pode ser representada em tradução. Explicação metalingüística não pode ser confundida com tradução.¹

10.5 Justaposição cultural, difusão cultural e possibilidade de tradução

No decorrer deste capítulo, e, com efeito, no decorrer deste livro, vimos desenvolvendo e exemplificando a visão de que a linguagem é tanto um fenômeno biológico quanto cultural. As diferentes línguas, assim parece, têm uma subestrutura universal, certamente em gramática e vocabulário e talvez também em fonologia, e uma superestrutura não-universal que não apenas se constrói sobre tal subestrutura, mas é completamente integrada a ela.

→ A subestrutura universal é determinada em parte pelas faculdades cognitivas da mente humana, geneticamente transmitidas, e, o que é igualmente importante, pelos impulsos e apetites humanos, geneticamente de-

¹ O termo 'metalingüístico' é comumente empregado hoje em dia significando "pertencente à descrição ou à análise da linguagem ou de uma língua" (v. 'metalingüagem': 5.6). Foi igualmente utilizado pelos estruturalistas pós-bloomfieldianos com referência ao estudo das línguas em seus contextos culturais. Portanto, ambos os sentidos são aplicáveis aqui.

terminados; e em parte pela interação desses fatores cognitivos e não-cognitivos, determinados biologicamente, com o mundo físico, tal como este se apresenta aos seres humanos. Se existe ou não, também, uma faculdade de aquisição da linguagem enquanto tal até agora é incerto (v. 8.4). Entretanto, o processo de aquisição da linguagem é de tal natureza que a transmissão de tudo o que é universal em linguagem depende também, para o seu sucesso, do processo de transmissão cultural.

Quanto à superestrutura não-universal nas línguas, trata-se muito mais obviamente de uma questão de transmissão cultural — e em dois sentidos. Não somente faz parte da competência lingüística transmitida de geração em geração por meio das instituições de determinada sociedade, mas o que é transmitido é em si um componente importante na cultura daquela sociedade. Se a competência em determinada língua implica a habilidade de produzir e compreender sentenças daquela língua, então constitui inquestionavelmente parte da cultura: isto é, do conhecimento social (v. 10.1). Pois grande parte do significado de expressões, inclusive os seus significados descritivos, bem como social e expressivo, é não-universal e dependente de cultura. Este argumento foi apresentado com relação a dois exemplos bem diferentes nas duas seções anteriores. Entretanto, também o foi o argumento não menos importante de que, embora possa ser impossível traduzir todas as sentenças de uma língua em sentenças de outra, sem distorções ou substitutos conciliadores, normalmente é possível conseguir que uma pessoa que não conhece nem a língua nem a cultura do original entenda, mais ou menos satisfatoriamente, até mesmo aquelas expressões dependentes de cultura que resistem à tradução em qualquer língua com a qual ela esteja familiarizada.

Isto é possível porque, entre quaisquer duas sociedades, haverá um grau maior ou menor de **justaposição cultural**. No caso-limite, essa justaposição pode não ir além do que o que é predizível a partir daquilo que é culturalmente universal em virtude da constituição biológica do homem e das amplas semelhanças de ambiente em todas as partes do mundo habitável. Mas, por vários motivos, inclusive o que os antropólogos denominam **difusão cultural**, o grau de justaposição está longe de ser mínimo. Falando em termos gerais, a possibilidade de tradução é uma função do grau de justaposição cultural. Mas, como vimos no caso dos pronomes de tratamento russos e franceses em Tolstoi, embora eles não possam ser traduzidos satisfatoriamente em inglês, o seu uso pode ser explicado para os falantes monolíngües de inglês em termos de noções razoavelmente gerais que se aplicam também, embora com diferenças de detalhes, na descrição da própria cultura dos falantes de inglês.

O mesmo argumento poderia ser utilizado, quanto aos termos de tratamento, em relação a línguas que têm um conjunto grande de **honoríficos** (por exemplo, o javanês, o coreano, o grupo tai e muitas línguas do sudeste

asiático); ou a línguas que, como o japonês, também têm pronomes honoríficos, mas que fazem mais uso de termos de parentesco e de títulos do que de pronomes. À primeira vista isto parece muito diferente de qualquer coisa que pode ser encontrada em comunidades falantes de inglês. Mas os parâmetros culturais que determinam o uso não-recíproco — superioridade social, idade, parentesco, sexo etc. — também funcionam na cultura daquelas comunidades, embora em grau limitado e sem o mesmo efeito na estrutura gramatical, bem como no vocabulário, do inglês. Por exemplo, não apenas o uso recíproco e não-recíproco de nomes e títulos é determinado, em muitas sociedades da língua inglesa, por esses mesmos fatores, mas existem circunstâncias em que (como ocorre em geral no japonês) os superiores, mas não os inferiores, podem se referir a eles mesmos com o mesmo termo de parentesco ou título pelo qual são tratados (cf. o uso de 'daddy' [papai] ou 'mummy' [mamãe] ou 'teacher' [professora]: *Didn't daddy/mummy/teacher tell you to put your books away?* [O papai/a mamãe/a professora não disse para você guardar os seus livros?]). A justaposição cultural desse tipo e nesse grau permite-nos compreender, de um modo geral, as descrições da estrutura semântica de outras línguas que aparecem na literatura sociolingüística e antropológica (v. Hymes, 1964). Seria um erro supor, no entanto, que a compreensão geral da estrutura semântica de outras línguas que podem ser adquiridas desta forma ultrapassa a superficialidade. A compreensão total dos vários tipos de significado que são codificados na gramática e no vocabulário de uma língua só é lograda com a compreensão total da cultura, ou culturas, na qual ela funciona.

O que acabou de ser dito é lugar-comum, não apenas em sociolingüística e em etnolingüística, mas também em crítica literária. E o estudo de línguas estrangeiras selecionadas em nossas escolas e universidades — todas consideradas com o *status* de línguas de cultura ('*langues de culture*': v. 10.1) no sentido mais restrito de 'cultura' — é justificado tradicional e legitimamente nas mesmas bases, essencialmente. Determinadas línguas estão associadas historicamente a determinadas culturas, e especialmente às suas literaturas; as línguas em si só podem ser completamente entendidas no contexto das culturas nas quais elas estão encaixadas inextricavelmente; assim, linguagem e cultura são estudadas juntas. Não se pode apontar erro neste argumento, a nível de princípio geral. A questão de se as metas e os métodos mais tradicionais do ensino de línguas baseiam-se numa concepção de cultura suficientemente ampla é discutível, sem dúvida. Mas isto é outro assunto. O aprendizado de uma língua pode e deve ser dirigido a determinadas finalidades. Uma delas é a de adquirir e de participar tão completamente quanto possível (de) uma cultura diferente daquela em que a pessoa foi criada.

Existem certos aspectos da interdependência de linguagem e cultura que não são tão amplamente considerados quanto deveriam ser. Um de-

les, que é muito relevante no que toca a questão da possibilidade de tradução, é o grau em que a difusão cultural reduz, e às vezes dissimula, diferenças semânticas entre línguas. As conseqüências lingüísticas mais óbvias da difusão cultural já foram mencionadas: empréstimo e tradução por empréstimo (v. 10.2). O que nos interessa é um tipo de tradução por empréstimo não tão identificável de imediato: um fenômeno que não seria considerado como tal de um modo geral, ainda mais sendo difícil distingui-lo, em muitos casos, da tradução comum, por um lado, e da criatividade no uso da linguagem, por outro, criatividade que embora possa não ser regida por regra, enquadra-se no escopo da competência lingüística do falante comum.

Suponhamos, por exemplo, que estejamos traduzindo do grego clássico para o inglês e que nos deparemos com a palavra *'sophia'*. Ela é convencionalmente traduzida por *'wisdom'* [sabedoria, sensatez]; e em muitos contextos o termo é, e mais freqüentemente poderia parecer, um equivalente perfeitamente satisfatório. Por exemplo, suponhamos que uma sentença contendo o adjetivo *'sophos'*, relacionado sintática e semanticamente a *'sophia'* como *'wise'* o é a *'wisdom'*, ocorra no texto de um autor como Platão e seja traduzido para o inglês sob a forma *'Homer was wiser than Hesiod'* [Homero era mais sábio do que Hesíodo]. Fora de contexto, alguém que não tenha um bom conhecimento de grego ou um conhecimento suficiente do ambiente social e cultural, poderia perfeitamente interpretar essa afirmação como se *'wise'* estivesse sendo usado com o mesmo significado do que em, digamos, *'Shakespeare was wiser than Marlowe'* [Shakespeare era mais versado do que Marlowe]. Mas estaria mesmo? Fora de contexto a resposta é incerta, já que *'sophia'* sem dúvida compreende, e seria a palavra utilizada para referir ao que, no inglês atual, seria identificado como *wisdom*. Mas *'sophia'* e *'wisdom'* não possuem a mesma gama de significados. Em muitos contextos, a melhor tradução inglesa para a sentença grega seria *'Homer is a better poet than Hesiod'* [Homero é melhor poeta do que Hesíodo]. Com efeito, pode-se argumentar que essa tradução é a que mais se aproxima do significado grego, quando *'sophos'* é usado no seu sentido prototípico. Se um sapateiro ou um carpinteiro é um bom profissional, faz-se referência a eles por meio de *'sophos'*, da mesma forma que no caso de um bom médico, poeta ou homem de estado. Pode-se argumentar que não é possível ser um homem de estado competente, nem um bom médico, se não se é *wise*, mas o que normalmente é chamado de *wisdom* em inglês não é uma atribuição essencial ao bom sapateiro, nem ao carpinteiro, nem ao poeta.

Mas a tradução de uma língua para outra não pode respeitar sempre o uso normal. Se alguém estiver traduzindo uma dentre muitas passagens nos diálogos de Platão, em que a pergunta em questão, tal como formulada tradicionalmente em inglês, é "Is virtue teachable?" [Pode-se ensinar a vir-

tude?] (relacionada ao famoso paradoxo socrático segundo o qual ninguém erra conscientemente, e a muitas outras teses igualmente famosas, não apenas da filosofia grega, mas também de toda a tradição filosófica ocidental que dela deriva), esse tradutor se verá obrigado a usar *'wisdom'* para *'sophia'* (e *'virtue'* [virtude] ou *'goodness'* [bondade], para *'arete'* em grego) ou outra palavra que, seja qual for, será inapropriada, no seu sentido normal, em muitas construções em que ocorre. Se ele não a traduz de maneira consistente em tais trechos, a estrutura do argumento ficará escondida e os exemplos utilizados em seu apoio perderão sua relevância. O que isto significa, na prática, é que a tradução é relativa à finalidade para a qual determinada tradução é planejada, bem como ao conhecimento da situação por parte daqueles que a utilizarão. É por este motivo que a chamada tradução literal às vezes é mais apropriada do que a tradução livre.

Mas o que é tradução literal? Em alguns casos é o tipo de tradução que não se ajusta às diferenças de simbolismo e metáfora nas duas línguas. Em muitos casos, no entanto, como seria se *'sophia'* for traduzido consistentemente por *'wisdom'* (e *'arete'* por *'virtue'*) nos trechos dos diálogos platônicos referidos acima, consiste simplesmente no uso mais ou menos deliberado de tradução por empréstimo; a diferença entre sentido literal e metafórico, ou simbólico, não é relevante no caso do presente exemplo. O que está envolvido é uma diferença no conteúdo descritivo das palavras e nos protótipos dependentes de cultura com os quais elas estão associadas. Em vez de usar a palavra *'wisdom'* do inglês, poderíamos usar igualmente bem a palavra grega *'sophia'* no texto em inglês. Daria no mesmo; e sem dúvida é o que se poderia bem fazer em uma tradução destinada principalmente ao uso de estudantes de filosofia falantes de inglês, com conhecimento suficiente da cultura grega mas inadequado do grego, para poderem ler o texto original. Entretanto, basta um momento de reflexão, reforçado, se possível, por alguma prática em tradução, para ver que não é apenas a palavra esquisita, como *'sophia'* (ou *'arete'*) que cria problemas e tende a obliterar a distinção entre tradução por empréstimo e tradução comum. O significado de palavras como *'sophia'* e *'arete'* foi discutido longamente em virtude da importância filosófica — e, no sentido mais restrito de 'cultura', da importância cultural — dos textos em que elas aparecem. Portanto o tradutor torna-se muito mais sensível à necessidade de traduzi-las com cuidado.

Exemplos igualmente óbvios podem ser encontrados em quaisquer outras línguas clássicas do mundo. Por exemplo, a palavra *'dharma'* do sânscrito pode ser traduzida de maneira diferente em contextos diferentes: por 'dever', 'costume', 'lei' 'justiça' etc. Mas o seu significado prototípico, no seu desenvolvimento posterior e enquanto palavra tomada emprestada por outras línguas, é tão dependente de cultura, sobretudo em sociedades

hindi e budistas, que ela passou para o inglês e outras línguas européias com este significado. De modo semelhante a palavra '*kismet*' foi tomada emprestada ao arábico pelo turco e pelo persa com o que pode ser chamado de seu significado islâmico prototípico. Presumivelmente, essas palavras passaram para as outras línguas como palavras emprestadas porque sentiu-se que traduzir '*dharma*' por 'dever' e '*kismet*' por 'fado' ou 'destino' seria deixar de representar as suas implicações dependentes de cultura altamente importantes. '*Sophia*', e outras palavras do grego, também poderiam ter sido tomadas emprestadas pelo inglês como tais, se tivesse havido contato nos tempos modernos com uma sociedade onde essa palavra grega fosse usada e, digamos, a sophia de uma pessoa fosse determinada pela sua casta, como a sua dharma, numa sociedade hindu. Mas o grego, é claro, exerceu, tanto diretamente quanto indiretamente, através do latim, a mesma influência contínua nas línguas da Europa que o sânscrito e o arábico exerceram durante séculos em muitas das línguas da Ásia e da África.

Os antropólogos enfrentam o mesmo problema constantemente em relação a línguas que, diferentemente do grego, do sânscrito ou do arábico, não serviram como línguas de importância cultural reconhecida, em escala mundial e durante séculos: isto é, como línguas de cultura no sentido de '*langues de culture*'. Eles têm que decidir se deveriam tomar emprestada alguma palavra como tal à língua da sociedade que estão descrevendo (como 'tabu' foi tomada emprestada de uma das línguas polinésias, o tongo, no século dezoito, e generalizada subsequente) ou utilizar uma palavra existente, e adaptá-la mais ou menos deliberadamente, por tradução por empréstimo, à finalidade de descrever a sociedade com a qual estão lidando. Não há diferença, em última análise, entre o que o antropólogo, ou qualquer outra pessoa, faz quando amplia o sentido das palavras de sua língua nativa por tradução por empréstimo desta forma, e o que o tradutor faz constantemente quando traduz de uma língua para outra fora da área de justaposição cultural.

Além disso, não há diferença, em última instância, entre tradução por empréstimo desse tipo mais ou menos deliberado e o uso que um falante nativo faz de sua língua ao ampliar o significado das palavras além dos limites do seu sentido prototípico, em situações novas. Por exemplo, ele pode trazer para o âmbito de denotação de 'cap' [boné], 'hat' [chapéu] ou 'bonnet' [gorro] vários tipos de abrigos para a cabeça que poderiam ser característicos de outras culturas, mas não da sua própria; ele pode trazer para o âmbito de denotação de 'boat' [barco], ao encontrá-los pela primeira vez, não apenas canoas, mas também *catamarans* [jangadas] (tomando ou não emprestadas as palavras locais); ele pode aplicar a palavra '*wedding*' ou '*funeral*' [respectivamente, "casamento" e "funeral"] a uma gama ampla de práticas que pouco se assemelham a qualquer coisa que

contaria, prototipicamente, como um casamento ou um funeral para a maioria dos falantes de inglês.

Ora, acontece que o inglês e as outras línguas principais da Europa, como foi enfatizado no capítulo sobre linguagem e sociedade, não são, sob vários aspectos, nada representativas das línguas do mundo. O inglês, particularmente, tem sido usado na administração de um império de grande diversidade cultural. É uma língua falada como língua nativa por membros de muitos grupos étnicos diferentes e seguidores de muitas religiões, que vivem em várias partes do mundo. É largamente utilizada por antropólogos, missionários e escritores de todo tipo, não apenas na descrição de cada sociedade conhecida, mas também em novelas, peças de teatro etc., que se passam em países e sociedades nos quais o inglês normalmente não é falado. Isto significa que o inglês, mais do que outras línguas européias, foi ampliado e modificado por tradução por empréstimo em quase todas as áreas de seu vocabulário. As correlações entre a estrutura semântica e as culturas dos seus falantes nativos são, portanto, muito mais complexas e diversas do que as correlações entre língua e cultura na grande maioria das sociedades humanas. Também é mais fácil para um falante nativo de inglês ou de uma das línguas principais da Europa achar que todas as línguas humanas podem ser traduzidas umas pelas outras do que para um falante da maioria das outras línguas. É importante ter isto em mente ao se ler discussões teóricas sobre a natureza da linguagem com exemplos exclusivos de uma ou de outra língua européia principal.

Voltamo-nos agora para a última questão. Os lingüistas proclamam freqüentemente, pelo menos à guisa de hipótese de trabalho, o princípio de que não existem línguas primitivas: de que todas as línguas são de complexidade mais ou menos equivalente e que são igualmente bem adaptadas às finalidades comunicativas a que elas servem nas sociedades em que funcionam (v. 2.4). Este princípio em si não compromete o lingüista com a opinião de que todas as línguas são igualmente adequadas para todas as finalidades de comunicação. Com efeito, como acabamos de ver, algumas línguas, em virtude de seu papel como línguas internacionais, têm uma flexibilidade e uma versatilidade que a maioria das línguas não possuem. Outras, sejam ou não línguas internacionais também, estão associadas à cultura no sentido mais restrito, ou clássico, do termo (10.1). Seria paradoxal, se não absurdo, interpretar o princípio da igualdade das línguas com a implicação de que a língua que uma pessoa fala não surte efeito na qualidade de sua vida intelectual e artística, para não mencionar a sua carreira e suas pretensões econômicas (v. 9.5). Existem razões eminentemente defensáveis pelas quais algumas línguas e não outras são amplamente ensinadas nas escolas e universidades inglesas. Os lingüistas que insistem na igualdade das línguas não aderem necessariamente à visão de que todas as culturas merecem, igualmente, o tipo de difusão deliberada que chamamos

de educação. Esta é uma questão acerca da qual os lingüistas, enquanto indivíduos, podem ter as suas opiniões pessoais próprias. Não há opinião profissional coletiva.

LEITURAS COMPLEMENTARES

Em geral, como para o capítulo 9. Dentre as obras introdutórias mencionadas então, Hudson (1980) e Trudgill (1974) são especialmente recomendados para os assuntos tratados neste capítulo; quanto aos compêndios, Hymes (1974). Ver também Burling (1970), uma introdução que compreende tanto sociolingüística quanto etnolingüística do ponto de vista antropológico, ao invés de sociológico ou sociopsicológico; e Ardener (1971), para uma obra mais compreensiva. Também, para abordagens diferentes de etnolingüística, Crick (1976); Greenberg (1968, 1971); Tyler (1969).

Sobre a hipótese Sapir-Whorf: ainda Black (1959, 1969); Carroll (1953b); Cooper (1973), capítulo 5; Henle (1958); Hoijer (1954); Saporta (1961); Slobin (1971); Whorf (1956).

Sobre a hipótese Berlin-Kay, possibilidade de codificação e protótipos semânticos (incluindo alguns trabalhos anteriores relevantes, além dos relacionados acima, para a hipótese Sapir-Whorf em geral): Berlin & Kay (1969); Brown (1958a, b); Clark & Clark (1977); Lloyd (1972); Lyons (1977b: 245-50); Osgood, May & Miron (1975), capítulo 6; Rosch (1973, 1974, 1975, 1976).

Sobre tradução: Browner (1966); Catford (1965); Nida & Taber (1969); Olshewsky (1969), capítulo 9; Savory (1957); Steiner (1975). Sobre tradução da Bíblia: Beckman & Callow (1974); Nida (1945, 1964, 1966).

Sobre pronomes de tratamento e a distinção T/V: Adler (1978); Brown & Ford (1961); Brown & Gilman (1960); Friedrich (1968, 1972). Um relato mais completo do uso de pronomes de tratamento por Tolstoi em *Anna Karenina* pode ser encontrado em Lyons (1980).

Sobre a etnografia da fala: Bauman & Sherzer (1974); Goody (1978); Hymes (1977).

Sobre jogos verbais e virtuosismo lingüístico: Bauman & Scherzer (1974); Burling (1970), capítulos 10, 11; Hymes (1964), Parte 6. Ver também os trabalhos recomendados para o inglês negro no capítulo 9 e, mais especialmente, Abrahams (1974). E, além disso, Hale (1971).

Sobre alfabetização e sua importância cultural: Basso (1974); Goody (1968); Goody & Watt (1962).

PERGUNTAS E EXERCÍCIOS

1. "É ... algo como uma contradição, no mínimo uma ironia, que tenhamos hoje uma lingüística geral que se justifica em termos de compreender o caráter distintivo do homem, mas que nada tem a dizer, enquanto lingüística, sobre a vida humana. A voz é a voz do humanismo, do idealismo racional; a mão, teme-se, é a do mecanicismo" (Hymes, 1977: 147). Comente essa opinião à luz de seu próprio posicionamento em relação às metas e metodologia da lingüística.

2. Que distinção você faria, se fizesse, entre uma abordagem **biológica** e uma abordagem **cultural** do estudo da linguagem?
3. Forneça um relato da **hipótese Sapir-Whorf** fazendo referência particular a alguma área do vocabulário que não seja a das cores.
4. Explique e exemplifique (com exemplos diferentes dos do texto) o processo de **tradução por empréstimo**.
5. Discuta a validade da noção de **possibilidade de codificação** e sua importância para as teses de (a) **relatividade lingüística** e (b) **determinismo lingüístico**.
6. "As línguas diferem entre si ilimitadamente e de modos imprevisíveis" (Joos, 1966: 228). Discuta esta afirmação fazendo referência específica à teoria chomskiana dos **universais lingüísticos** (v. 7.4).
7. Discuta a aplicabilidade da noção de significado focal, ou **prototípico**, a áreas do vocabulário das línguas naturais diferentes da da terminologia das cores.
8. Que distinção você faria, se fizesse, entre uma **tradução literal** e uma **tradução livre**? Você pode dar uma definição precisa do termo 'literal' neste contexto?
9. "Toda a experiência cognitiva e sua classificação pode ser veiculada em qualquer língua existente. Quando há alguma deficiência a terminologia pode ser qualificada e ampliada, por palavras tomadas emprestadas ou por tradução por empréstimo, por neologismos ou trocas semânticas, e, finalmente, por perifrases" (Jakobson, 1966: 234). Comente esta afirmação, exemplificando cada um dos meios de qualificação e amplificação mencionados e calculando os efeitos desses sobre a língua existente.
10. "A gama não igualada de traduções da Bíblia, incluindo como inclui, não somente as principais línguas do mundo, mas centenas de línguas 'primitivas', fornece uma riqueza de dados e de fundamentos de experiência nos problemas básicos da comunicação..." (Nida, 1966: 12). Por que a tradução da Bíblia é tão especial? Os pontos de vista teológicos do tradutor fazem alguma diferença para o que conta, para ele, como tradução fiel? Se faz, sob que aspectos?
11. Que sentido você atribui à expressão 'língua de cultura' (*'langue de culture'*, *'Kultursprache'*), se é que atribui algum?
12. Leia um dos casos de estudo em **etnografia da fala** publicados ou citados em Bauman & Sherzer (1974) e faça um resumo de 1.200 palavras incluindo um breve comentário seu.
13. Se você conhece uma língua com a distinção T/V e tem acesso aos falantes nativos, tente determinar e formular o mais precisamente possível os determinantes sociolingüísticos/estilísticos do seu uso. Avalie os resultados à luz das generalizações feitas sobre **poder e solidariedade** em Brown & Gilman (1960), Brown & Levinson (1978) e nos livros de sociolingüística referidos no capítulo 9.
14. "Falantes de todas as línguas em todas as partes do mundo atribuem a alguns de seus compatriotas habilidades lingüísticas superiores, e aqueles reconhecidos como mais habilidosos são respeitados de maneira especial" (Burling, 1970: 150). Forneça um relato de um tipo de virtuosismo lingüístico dessa natureza (diferente do que normalmente contaria como composição literária em nossa cultura): por exemplo, fazer trocadilhos, rimar, decifrar enigmas, e outras variedades de jogos verbais; glossolalia (dom de falar línguas desconhecidas); falar na "língua do P"; usar trocadilhos etc. Discuta o papel desse tipo de virtuosismo lingüístico na cultura em que ocorre e calcule a sua importância para uma teoria geral da estrutura e do uso da linguagem.